



# Coleção O BRASIL COLONIAL



ORGANIZADORES: JOÃO FRAGOSO & MARIA DE FÁTIMA GOUVÊA

1720-1821

3



## CAPÍTULO 5 A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII

*Antonio Carlos Jucá de Sampaio\**

### O descobrimento do ouro e seu impacto na economia colonial

O “achamento” do ouro no meio das montanhas do que mais tarde seria chamado de “Minas Gerais” não foi um acontecimento fortuito. Desde o século XVI as Coroas portuguesa e espanhola (essa no período filipino) enviaram expedições para o interior de sua possessão americana com o intuito de descobrir metais preciosos. A crença na existência deles era alimentada tanto pela experiência da América espanhola quanto pelos relatos fantasiosos que inundavam a colônia sobre a existência de montanhas de prata, a famosa “Sabarabuçu”, ou da serra de esmeraldas.<sup>1</sup>

Apesar do fracasso da imensa maioria dessas expedições, descobriu-se algum ouro já no século XVI. Nas décadas de 1560 e 1570, os paulistas

---

\*Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq e da Faperj.

encontraram aluviões auríferos em Paranaguá. Na década de 1590, tais descobertas se intensificaram e estimularam a corte de Madri a recriar a "Repartição Sul" sob comando de dom Francisco de Sousa (1608-1612), com o intuito de intensificar tais descobertas e reproduzir a experiência da América espanhola, de exploração mineradora com um grande contingente de população indígena. O fracasso desse projeto, que de fato converteu-se em sinônimo de captura de indígenas, demonstra que essa mineração tinha um impacto muito reduzido sobre a economia colonial, mesmo em seu âmbito mais local.<sup>3</sup>

Tais fracassos não significaram, no entanto, o fim da busca pelo "Eldorado". Pelo contrário, após a Restauração (1640) a ausência de prata e ouro, não só na colônia como no próprio Reino de Portugal, levou a uma intensificação das buscas, inclusive com um novo estabelecimento da Repartição Sul em 1658, dessa vez comandada por Salvador Correia de Sá.<sup>4</sup> Novo fracasso e nova tentativa em 1671, quando o novo governador-geral, Afonso Furtado de Mendonça, assume com ordens expressas para buscar novas minas. Os insucessos repetidos são em grande medida responsáveis pela fundação da Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, em 1680. Era uma maneira eficaz de se ter acesso à prata espanhola. Nos dizeres de um membro do Conselho Ultramarino, "quando se perdeu a esperança de encontrar minas na nossa colônia, pareceu aconselhável abrir caminho através da Nova Colônia, a fim de lucrar com as de Castela".<sup>5</sup>

A fundação de Sacramento, no entanto, não significou o abandono da busca por metais preciosos. Ainda que a Coroa não enviasse mais expedições com essa finalidade, os paulistas eram incentivados a buscá-los em troca de privilégios caso os descobrissem.<sup>6</sup> Foi a persistência dessa política régia que levou à descoberta de ouro nos estertores do Seiscentos, na região que logo ficaria conhecida como "Minas do Ouro" e, mais tarde, "Minas Gerais".<sup>7</sup> Começava aí o Setecentos na América portuguesa.

### Os múltiplos impactos do ouro: produção aurífera, circuitos mercantis e reorganização colonial

Para compreender as mudanças geradas pela produção aurífera é preciso, em primeiro lugar, distinguir entre o impacto direto dela na economia e na sociedade coloniais e os impactos indiretos, bastante variados no tempo e no espaço.

O primeiro impacto direto foi, evidentemente, sobre os preços. As fontes coevas são unânimes em descrever o forte aumento de preços advindo com a mineração. O primeiro autor a mencionar uma alta generalizada dos preços e relacioná-la com o ouro foi Antonil, ainda no início do Setecentos. Depois de expor os elevados preços que os produtos alcançavam em Minas, ele afirmava: “E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil.”<sup>8</sup>

De fato, uma análise sistemática do comportamento dos preços na passagem do século XVII para o seguinte confirma essa elevação, a começar pelo preço do escravo, valor esse de importância fundamental numa sociedade escravista. Na Bahia, um escravo adulto chega a se valorizar em mais de 200% entre 1680 e 1720, década na qual ele chega a seu valor máximo.<sup>9</sup> No Rio de Janeiro, a valorização nesse mesmo período é inferior, mas ainda bastante expressiva: 135%.

O mesmo ocorre com os alimentos. Em Salvador, verifica-se um aumento constante do preço da carne bovina do fim do Setecentos até meados da década de 1730,<sup>10</sup> enquanto no mercado carioca o preço da farinha de mandioca eleva-se praticamente 200% entre 1698/1703 e 1736/1738.<sup>11</sup>

Esses aumentos, no entanto, não eram isolados. Analisando-se o conjunto das transações comerciais registradas nos cartórios cariocas entre 1650 e 1750, fica claro que a viragem secular significa, de fato, uma mudança no patamar dos preços coloniais. Entre a década de 1690 e a de 1710 a variação média no valor das transações foi de mais de 220%.<sup>12</sup> Embora os valores oscilem bastante ao longo do Setecentos (o que não nos permite, portanto, pensar o período como marcado por uma inflação contínua), em nenhum momento retrocederão aos patamares seiscentistas.

Por outro lado, a variação dos diversos preços não foi uniforme, demonstrando que, além do afluir do ouro, outros fenômenos interferiam igualmente em sua formação. Assim, enquanto os bens rurais aumentaram em média 202,98%, os urbanos variaram 341,33%, as embarcações 773% e as chácaras viram seu valor médio aumentar nada menos do que 1.183% no período. Tais variações estão ligadas ao crescimento da urbe carioca e à expansão do capital mercantil, de que trataremos mais adiante.

Por outro lado, também não cabe considerar o século XVIII como um período de inflação contínua. Se é verdade que os preços se aceleram nas primeiras décadas, é igualmente verdadeiro que eles tendem posteriormente a se estabilizar ou mesmo a cair. Embora os dados sejam ainda muito esparsos, parece possível falar em um pico situado por volta da década de 1720, que começa a refluir no decênio seguinte.

No caso da farinha de mandioca, vemos que na capitania do Rio de Janeiro seu preço alcança um pico em 1726, com uma variação de mais de 320% em relação aos preços cobrados no fim do Seiscentos. Em Salvador, os preços das farinhas de mandioca e de trigo diminuem gradualmente durante os últimos anos da década de 1720, apresentam uma leve alta na década seguinte e caem novamente nas décadas de 1740 e 1750.<sup>13</sup>

Em Minas, o processo parece ter sido algo distinto. A presença do ouro e a enorme demanda rapidamente constituída fizeram com que os preços tenham alcançado seu pico logo no início, tendendo a diminuir conforme o abastecimento se normalizava e a própria população se estabilizava. Assim, no curto período entre 1716 e 1724 verifica-se uma diferença notável nos preços dos produtos almotaçados em Mariana, com quedas muitas vezes superiores a 50%. Já uma análise dos preços cobrados em Ouro Preto entre 1752 e 1778 demonstra uma notável estabilidade, em que pesem eventuais variações de curto prazo.<sup>14</sup>

Embora ainda lacunares, tais dados são suficientes para demonstrar que não houve um aumento constante dos preços no século XVIII e que eles não apresentaram comportamentos idênticos em todos os lugares. Em outras palavras, o preço de um mesmo produto variava em cada região conforme as múltiplas conjunturas locais, mesmo porque estamos ainda

muito distantes da formação de um mercado “nacional”, ou seja, que abrangesse toda a América portuguesa ou pelo menos parte significativa dela.

Além do aumento de preços, a produção aurífera reflete-se também na demanda por cativos. É preciso lembrar aqui que a ocupação das “Minas do Ouro” pode ser considerada o primeiro exemplo de um *rush* migratório causado pela mineração na era moderna. Segundo Antonil, no fim da primeira década do Setecentos a população local já contava em torno de 30 mil habitantes. Ainda que possamos duvidar da exatidão de tal número, o que está bastante claro é que rapidamente se formou um importante mercado consumidor, sobretudo para a mão de obra escrava, no centro da América portuguesa. Além do preço, é claro que essa demanda fortemente acrescida iria se refletir na quantidade de escravos ofertados. O resultado foi a elevação do número de escravos desembarcados de aproximadamente 11.890 por ano no último quartel do século XVII para 20.220 na primeira metade do XVIII,<sup>15</sup> um incremento de 70%. Também o tráfico, embora apresentasse igualmente variações no novo século, entrava então em um novo patamar.

Essa extraordinária expansão do comércio de almas não era fruto apenas da demanda gerada pelo ouro. Era também resultado da própria utilização do ouro nos circuitos negreiros. Em outras palavras, o ouro criava ou estimulava a expansão da oferta de cativos no litoral africano. Isso não significa, naturalmente, ignorar a presença de várias outras moedas no tráfico, tão ou mais importantes do que o metal precioso. Mas é inegável que ele vai ganhar uma importância considerável na primeira metade do Setecentos.

Para a região do Congo-Angola contamos com um episódio bastante revelador da importância que o ouro então adquire em tais circuitos. Em 1735, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, reúne uma junta para decidir sobre a manutenção ou não do envio de ouro, prata e dinheiro para Angola, já que tais remessas haviam sido proibidas para a região da Costa da Mina. Segundo o governador, tais remessas significavam na prática o envio de ouro e prata para os reinos estrangeiros, “por ser certo que naquele reino [de Angola] não corre dinheiro de ouro ou prata, e só o cobre é permitido nele”.<sup>16</sup>

A decisão final da junta, apesar disso, é favorável à manutenção das remessas “que lhe pediam seus constituintes das peças de ouro e prata, e dinheiro, em retorno dos seus efeitos, por este o costume que até o presente praticavam”.<sup>17</sup>

Tal documento é de grande importância porque, além de mostrar a existência de uma relação direta entre Angola e Rio de Janeiro, independente de Portugal, demonstra igualmente a importância que os metais preciosos adquirem em tal comércio.

O mesmo ocorria em relação à Costa da Mina, onde o ouro brasileiro foi largamente utilizado. Já em 1703, o governador-geral dom Rodrigo da Costa declarava para Lisboa que

(...) os moradores do Rio de Janeiro, e das capitanias suas anexas, continuam em mandar, há poucos anos, várias embarcações a resgatar escravos à Costa da Mina, o que até agora não faziam (...). Achei que a maior importância das suas carregações era ouro em pó e em barras (...).<sup>18</sup>

Essa informação leva o rei a proibir o comércio entre o Rio de Janeiro e a Costa da Mina ainda em 1703. Contudo, mesmo após a proibição, tal comércio continua, como vemos por uma representação de 1704 dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro contra o governador, segundo a qual esse ficava com os melhores escravos das embarcações vindas “da Costa da Mina e São Tomé”.<sup>19</sup> Três décadas depois da ordem régia, o nosso já conhecido Gomes Freire desarticulou uma rede de contrabando de ouro para a África Ocidental que envolvia alguns dos maiores negociantes do Rio de Janeiro.<sup>20</sup>

O ouro estava presente entre os produtos enviados pela Bahia e Pernambuco para a Costa da Mina, indo frequentemente misturado ao tabaco, sendo utilizado não só no comércio direto com os reinos africanos como na compra de cativos a comerciantes de outras nações europeias. Destacam-se aí as relações diretas existentes entre a Royal African Company e comerciantes sediados na Bahia.<sup>21</sup> O ouro fazia sua estreia, dessa forma, na cesta de moedas utilizadas nas suas relações com a África pelos comerciantes sediados na América portuguesa. Tal como os búzios, o

tabaco, a aguardente, e mesmo a farinha de mandioca na primeira metade do século anterior, também ele era produzido na própria América, curto-circuitando assim as relações entre os dois lados do Atlântico e alijando parcialmente Portugal desse eixo mercantil fundamental.<sup>22</sup>

Segundo Roquinaldo Ferreira,

a intensificação do contrabando em larga escala do ouro e do tabaco de alta qualidade do Brasil para a África levou os administradores portugueses a temer que Portugal estivesse perdendo seu controle sobre o comércio brasileiro.<sup>23</sup>

Dentro da América portuguesa, a utilização do ouro no tráfico negreiro teve como consequência uma mudança na importância relativa das diversas regiões importadoras de cativos. Paulatinamente, o Rio de Janeiro ultrapassou a Bahia como principal destino dos escravos oriundos da África Centro-Occidental. A combinação dessa tendência com a permanência do predomínio baiano sobre o tráfico com a África Occidental gerou uma relativa especialização dos circuitos mercantis, sem que, é claro, possamos falar em compartimentos estanques.

Tabela 1  
Escravos embarcados em Luanda com destino ao Brasil,  
1723-1749 (anos selecionados)

Década	Rio de Janeiro		Bahia		Pernambuco		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1720	19.731	44,56	19.150	43,25	4.661	10,53	739	1,67	44.281	100
1730	17.478	57,55	10.161	33,46	2.732	8,99	—	—	30.371	100
1740	30.316	53,12	14.599	25,58	9.895	17,34	2.265	3,97	57.075	100

Fonte: MILLER, Joseph. "A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII". In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 56.

OBS: Os valores totais referem-se somente aos anos com dados disponíveis, com exceção do ano de 1747 para a Bahia, no qual foi lançado o maior valor da década de 1740. Para uma estimativa do tráfico de escravos no período, ver: KLEIN, Herbert S., "The Portuguese slave trade from Angola in the 18th Century". In: ———, *The Middle Passage (Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade)*, Princeton, Princeton University Press, 1978, p. 23-50.



Além dessa participação crescente no comércio de Luanda, cabe sublinhar que os traficantes cariocas dominaram amplamente o comércio com Benguela, cuja vinculação direta com o Brasil transformou-a em um importante ponto de embarque de cativos.<sup>24</sup>

O ouro brasileiro também alimentava outros circuitos dentro do Império lusitano. No caso da Colônia do Sacramento, fica clara a sua utilização na troca pela prata espanhola. Em 1733, por exemplo, Sacramento é mencionada pelo conde de Assumar como um dos destinos do contrabando de ouro.<sup>25</sup> Aproximadamente uma década depois, o secretário de Estado reclama ao governador do Rio de Janeiro que, embora os espanhóis reclamassem da prata que chegava a Lisboa na frota do Rio de Janeiro, também eles contrabandeavam ouro do Brasil.<sup>26</sup> Em outras palavras, tratava-se de um contrabando de mão dupla: ouro brasileiro para a América espanhola e prata no sentido contrário. Mesmo assim, o secretário achou prudente recomendar ao governador que comprasse a prata existente na cidade e cunhasse com ela moeda provincial<sup>27</sup> para evitar as queixas espanholas “e o ruído que faz na Europa a prata das frotas do Rio de Janeiro”.<sup>28</sup>

Também a Carreira da Índia vê-se afetada pela presença do ouro. A partir do último terço do século XVII aproximadamente a metade das embarcações que iam do Oriente para Portugal fazia escala no Brasil para aumentar suas cargas e vender produtos orientais.<sup>29</sup> Era em primeiro lugar à Bahia que os navios vindos do Oriente se dirigiam, sobretudo porque seu principal interesse era completar seus carregamentos destinados a Portugal com o açúcar e o tabaco brasileiros.<sup>30</sup> Portanto, a atração da Carreira pela América portuguesa era anterior à própria descoberta do ouro. Contudo, é evidente que sua produção vai atrair ainda mais fortemente tais navios. O ouro era trocado por artigos como porcelanas, sedas e principalmente têxteis indianos, os quais eram, por seu turno, enviados em grande parte para a África, em troca de cativos.<sup>31</sup>

No entanto, é inegável que o principal destino do ouro era o Reino de Portugal. Ou, em um sentido mais amplo, a Europa, já que o pequeno reino ibérico servia, sobretudo, como um entreposto entre mercadorias

originárias de diversas partes do Velho Mundo, por um lado, e o ouro e outras mercadorias coloniais destinadas a atender à demanda continental, por outro.

Tabela 2  
Chegada do ouro brasileiro em Portugal, 1701-1800  
(médias quinquenais em milhões de cruzados)

Período	Média quinquenal	Índice	Período	Média quinquenal	Índice
1701-1705	2,5	100	1751-1755	12	480
1706-1710	6	240	1756-1760	9,6	386
1711-1715	10,7	430	1761-1765	7,9	319
1716-1720	7,9	318	1766-1770	6,9	276
1721-1725	11,6	465	1771-1775	6,3	254
1726-1730	18,5	742	1776-1780	3,8	152
1731-1735	17,8	712	1781-1785	5,8	232
1736-1740	16,1	645	1786-1790	4,6	184
1741-1745	15,5	600	1791-1795	4	159
1746-1750	16,4	658	1796-1800	4,6	185

Fonte: MORINEAU, Michel, *Incroyables Gazettes et Fabuleux Métaux*, Londres, Cambridge University Press, 1985, p. 170.

As enormes quantidades de ouro brasileiro desembarcado em Portugal no século XVIII, em que pese a evidente decadência da segunda metade do século, representaram para o reino o acesso a recursos suficientes para garantir uma expansão mercantil sem a correspondente expansão produtiva. Ou, o que quer dizer o mesmo, reforçar o caráter de entreposto do reino em relação à sua principal conquista.

Para essa, a produção aurífera possibilitou uma grande autonomia. Do ponto de vista colonial, o ouro era moeda, mas era também uma mercadoria produzida internamente, e esse seu duplo significado abria, como vimos, enormes possibilidades nas relações mercantis no interior do Império. Possibilitava, igualmente, o desenvolvimento das relações mercantis internas. A colonização de novas áreas, até então pouco ou

nada integradas ao espaço colonial, significou uma expansão forte das relações entre as diversas regiões coloniais. Gestava-se assim uma nova geografia econômica.

Em primeiro lugar, as relações das regiões não mineradoras com as áreas de mineração. O ouro era, sem dúvida, seu *primum mobile*, mas ainda mais importante era o que podemos denominar de consequências do ouro: a rápida ocupação dessas novas regiões, como vimos acima, que representavam um mercado consumidor ávido e em contínua expansão, a ser abastecido não só de cativos como de produtos europeus, asiáticos e americanos. Tal abastecimento gerou: 1) eixos mercantis específicos, voltados para o comércio com as áreas mineradoras; 2) sistemas agrários destinados à produção de artigos primários para essas mesmas áreas.

Os eixos mercantis tinham por função precípua interligar as regiões mineradoras, todas localizadas no interior do continente, com o Atlântico. Por isso mesmo, as cidades mais beneficiadas com tais eixos eram as situadas no litoral. Destacavam-se aí Rio de Janeiro e Salvador, antigas cidades coloniais e que no alvorecer do Setecentos eram já importantes centros administrativos e econômicos. A importância das duas urbes fica clara na análise dos caminhos que as ligavam às Minas do Ouro.

No caso da Bahia, esse era o chamado "Caminho do Sertão", que também se conectava com Pernambuco. Embora considerado suave, era consideravelmente mais longo do que os caminhos que partiam do Rio de Janeiro, que ganharam os nomes de "Caminho Velho" e "Caminho Novo". O primeiro ligava o Rio a Minas através de Paraty, de onde se vencia a Serra do Mar em direção a São Paulo. Árduo e longo, levou a Coroa a conceder a Garcia Rodrigues Pais a construção de um novo caminho, que conectasse diretamente a capitania fluminense à "Morada do Ouro". O Caminho Novo, contudo, não acabou com o anterior, que continuou sendo utilizado ao longo de toda a primeira metade do Setecentos.

A maior proximidade do Rio de Janeiro em relação às regiões mineradoras fez com que desde o início a cidade se impusesse como porto de destino do ouro. Logo se tornou a cidade "opulenta mais que todas as

do Brasil, por razão do seu largo comércio, e serem os seus gêneros os mais preciosos".<sup>32</sup> Esse crescimento refletiu-se não só no tráfico negreiro, como já vimos, mas também nos outros ramos do comércio.

Tabela 3

Valores dos contratos de arrematação das dízimas das Alfândegas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco/Paraíba, em alguns anos escolhidos (1724-1748)

Anos	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco e Paraíba
1724	97:200\$000	101:300\$000	32:800\$000
1729	122:100\$000	101:700\$000	40:850\$000
1732	107:600\$000	107:600\$000	ND
1736	160:000\$000	88:410\$000	34:400\$000
1739	194:850\$000	96:025\$000	ND
1744	208:400\$000	126:900\$000	48:000\$000
1746	209:600\$000	126:900\$000	42:400\$000
1748	202:400\$000	106:000\$000	42:400\$000

Fonte: AHU — Códice 1269, p. 20, 23 e 25.

OBS: ND — Não disponível.

O contrato da dízima da alfândega<sup>33</sup> expressa, ainda que imperfeitamente, esse crescimento. É preciso ter em conta que os valores dos contratos referem-se a quanto os arrematantes pagavam para a Coroa, e não a quanto arrecadavam com a cobrança do tributo. Mesmo assim, os dados permitem-nos fazer uma aproximação do tema.

Nesse sentido, a tabela 3 conta-nos uma história muito clara. Por ela, percebemos que Rio de Janeiro e Salvador dividiam até meados da década de 1720 a primazia no comércio com Portugal. As frotas de Pernambuco e Paraíba, que tinham o porto de Recife como destino, eram já claramente secundárias. No entanto, na década seguinte o porto carioca desprende-se gradativamente do patamar baiano, que não se altera. Na década de 1740, a diferença já se situa acima de 60%. Já se consolidara claramente a hierarquia entre os portos no concernente aos contatos com o reino.

Na raiz dessa ultrapassagem estava, é claro, o comércio com a região mineradora.

**Tabela 4**  
Valores dos contratos das entradas para as Minas Gerais em alguns anos escolhidos (1727-1757)

Ano	Caminho Novo e Caminho Velho	Bahia e Pernambuco
1727	153:600\$000	125:952\$000
1730	177:408\$000	155:520\$000
1742	307:392\$000	208:896\$000
1745	338:016\$000	227:328\$000
1748	337:920\$000	227:328\$000
1757	361:700\$000	248:000\$000

Fonte: AHU — Códice 1269, p. 66.

OBS: Esse contrato era referente às cobranças de taxas sobre os produtos que entravam nas regiões mineradoras. Por isso, os valores são dados em arrobas e arratéis. Convertemos à razão de 1\$500/oitava.

Os contratos das entradas para as Minas refletem exatamente essa distinção. Por eles, percebemos que os caminhos Novo e Velho apresentaram durante todo o período analisado importância bastante superior à do caminho do sertão, utilizado por Bahia e Pernambuco para abastecerem as Gerais. A diferença entre os valores de ambos os contratos é crescente, passando de 22% em 1727 para 46% na década de 1750. Tais dados mostram que o Rio de Janeiro se firmou desde cedo como principal centro abastecedor das áreas mineradoras e tendeu a reforçar esse papel ao longo da primeira metade dos Setecentos.

Nem tudo que reluz é ouro

Está clara, portanto, a importância do ouro na economia colonial setecentista. Povoador de terras, incentivador do comércio, é impossível pensar esse século sem remeter a ele.

Contudo, seria equivocado restringir nossa análise ao desejado metal amarelo. A complexidade da vida econômica não podia ser reduzida apenas ao seu resultado mais reluzente. No capítulo referente à economia da América portuguesa seiscentista já ficou clara a enorme diversidade da produção agrícola colonial antes da exploração aurífera.<sup>34</sup>

Mesmo nas principais regiões mineradoras a presença da produção agropecuária foi uma constante. As principais unidades mineradoras constituíam-se em complexos integrados, que combinavam a exploração mineral com a criação de animais, produção de aguardente e alimentos etc. Essa diversidade era importante para compensar a sazonalidade e a instabilidade da produção mineral.

A agricultura, ao permitir a instalação, a expansão e a manutenção da atividade minerária, esteve presente desde o início do processo de colonização das Minas. As atividades agropastoris se estruturaram tanto para atender ao consumo imediato, do próprio produtor, como para produzir excedentes destinados ao mercado, dentro (e fora) da capitania.<sup>35</sup>

Em outras palavras, a produção de alimentos era, na verdade, um pressuposto para a própria existência das atividades de exportação. Nas regiões não mineradoras essa diversificação era igualmente significativa. No Rio de Janeiro, a primeira metade do Setecentos vê a queda da produção de açúcar e a enorme expansão da produção de alimentos. Em 1726, o governador fluminense dizia que

tem aumentado incomparavelmente a cultura de mandioca, feijão, milho e outros víveres, com que se sustenta não somente esta cidade, que é quatro vezes maior que quando este contrato [dos dízimos] rendia dobrado, mas o tráfico e o comércio, que todo ano se cultiva neste porto e para as minas, ao mesmo tempo que no outro, passada a ocasião da frota, não entrava aqui uma embarcação, havendo agora juntamente grande criação de gados (...).

Esse crescimento pode ser explicado tanto pelo crescimento da população da própria capitania, com ênfase para a sua capital,<sup>36</sup> como pela

importância acrescida de seu porto, o que significava a presença de uma população flutuante que precisava ser alimentada.

A expansão da produção de alimentos não se restringia, todavia, ao Rio de Janeiro. Na Bahia, por exemplo, tal produção era a atividade predominante em diversas freguesias e se expandiu continuamente no Setecentos. Como bem demonstrou Barickman, essa expansão foi fundamental para o crescimento da produção açucareira na segunda metade do Setecentos, já que esta pressupunha a existência de um abastecimento regular de alimentos.<sup>37</sup>

Na capitania de Pernambuco, a produção de gêneros de subsistência também cresceu consideravelmente no Setecentos. Seu destino era não somente o mercado local, tanto urbano quanto rural, como as embarcações que iam a Recife e que demandavam igualmente uma quantidade considerável de provisões. Fossem destinadas ao comércio de cabotagem, ao tráfico negreiro ou ao intercâmbio com a Europa, tais embarcações tinham de ser prontamente abastecidas com alimentos que cobrissem viagens que duravam, muitas vezes, vários meses.<sup>38</sup> Essa demanda, tão rapidamente aumentada, foi atendida sem a ocorrência de crises, o que demonstra a sua vitalidade. Já os preços dos alimentos apresentaram uma alta considerável no início da centúria, mas tenderam a estabilizar-se logo depois. Segundo Guillermo Palacios,

Não há registro de carestias de gêneros de primeira necessidade na capitania de Pernambuco a partir de 1720; pelo contrário, os produtores de mandioca e milho parecem inclusive terem produzido o suficiente para atender à demanda urbana regional, exportar para outras capitanias e (...) para satisfazer a demanda das plantações açucareiras.<sup>39</sup>

Para entender o que representou o crescimento dessa produção é preciso ter em conta que a população colonial aumentou enormemente ao longo do século XVIII, passando de talvez 300 mil pessoas em 1700 para mais de 3,6 milhões em 1800,<sup>40</sup> um crescimento de 12 vezes em cem anos. Esse rápido crescimento era alimentado não somente pela reprodução

natural da população como por dois poderosos fluxos migratórios. O primeiro, como já vimos, refere-se aos africanos trazidos pelo tráfico. O segundo, de caráter voluntário, não era, porém, desprezível: a cada ano algo entre 8 mil a 10 mil reinóis emigravam para a América portuguesa.<sup>41</sup>

Esse crescimento demográfico alerta-nos também para o fato de que a análise do comportamento da denominada agroexportação não pode ficar confinada ao setor externo. De fato, artigos como açúcar e tabaco, por exemplo, combinaram ao longo do século XVIII uma grande expansão da produção e um comportamento relativamente estável da exportação, embora sujeito a variações bruscas.<sup>42</sup>

No caso do açúcar, temos uma exportação média de 36 mil caixas na primeira década do Setecentos. Média que, no entanto, tende a diminuir a partir de meados da década de 1710. Entre 1716 e 1720, a média reduziu-se para aproximadamente 14 mil caixas, 18 mil de 1721 a 1730, 16 mil de 1731 a 1735, pouco mais de 9.300 entre 1736 e 1740, 16 mil novamente de 1741 a 1745, 6 mil de 1756 a 1760 e 13 mil de 1761 a 1765. Segundo Morineau,<sup>43</sup>

A evolução descarta a ideia de um aniquilamento e relativiza aquela do declínio. Trata-se mais precisamente de uma compressão, de uma redução das exportações da ordem de um terço ou de um quarto, entrecortada por golpes duros. A produção, notemos bem, não foi forçosamente amputada na mesma proporção porque a capacidade de consumo se desenvolveu simultaneamente, tendo lugar, no Brasil, pelo aumento dos meios de pagamento monetário e o crescimento demográfico.

Essa tendência mais geral esconde, no entanto, diferenças significativas no comportamento das três grandes regiões exportadoras (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco). No caso da capitania fluminense, a exportação chega a um máximo de 6.400 caixas de açúcar em 1732, quantitativo que não se repetirá mais na primeira metade do Setecentos. A partir daí os números tornam-se mais modestos e na década seguinte a média é de pouco mais de 2 mil caixas anuais, comprovando a queda da produção



local. No caso pernambucano, há a clara tendência a uma estabilidade de longo prazo nos embarques, situados entre 7 e 8 mil caixas anuais. A Bahia, por sua vez, é o grande esteio da exportação colonial, enviando em média algo entre 9 mil e 14 mil caixas ao longo do período. Não por acaso, as conjunturas baianas terminavam por influenciar decisivamente as médias totais. Se em 1736, por exemplo, a exportação não ultrapassou as 6.300 caixas, tal fato se deve fundamentalmente à quebra quase total da participação baiana, que foi de apenas 40 caixas.<sup>44</sup>

Os dados sobre o tabaco, por sua vez, são ainda mais imprecisos. Exportado tanto para Portugal quanto para a África, além de intensamente consumido na própria América portuguesa, a única coisa certa é que sua produção cresceu de forma quase contínua ao longo de todo o século XVIII. O crescimento da demanda por cativos nessa centúria fez com que seu envio para a região da Costa da Mina, onde era fundamental no trato negreiro, se tornasse cada vez maior. Entre 1731 e 1740, a Costa da Mina representou cerca de 45% das exportações totais de fumo. O Reino sofria com tal concorrência. Nos anos de menor produção, o fumo era mais expedido para a África do que para Portugal.<sup>45</sup> Tal fato merece ser sublinhado, já que o Contrato Geral do Tabaco era o mais importante do Reino, movimentando valores seis vezes mais elevados do que qualquer outro.<sup>46</sup> Tinha, portanto, um significado fundamental tanto para a saúde das finanças régias quanto para a reprodução da elite mercantil lisboeta, fortemente vinculada a esse e a outros contratos. Logo, qualquer alteração nos embarques para Lisboa afetava os alicerces de um sistema mercantil e fiscal cada vez mais dependente da América portuguesa.

No século XVIII, a produção do tabaco chega a Pernambuco, sobretudo à então Comarca de Alagoas, onde uma difusão rápida de seu cultivo deu-se entre pequenos agricultores localizados em áreas de fronteira do litoral, não ocupadas pela produção açucareira. Na primeira metade do século, essa produção tornou-se a base da própria produção camponesa local, dada a lucratividade que possibilitava a seus cultivadores.<sup>47</sup>

Tal evolução demonstra que o tabaco possuía um importante efeito dinamizador na economia colonial, dado o fato de ser produzido por

camadas muito distintas da população, desde grandes comerciantes e senhores de engenho em busca de diversificação de suas atividades até ex-escravos cujo único recurso era o próprio esforço físico.<sup>48</sup> Em outras palavras, permitia a estratos diversos participarem de um dos mais importantes eixos do comércio atlântico setecentista.

Primacial para a sociedade colonial, era inevitável que a pecuária acompanhasse a conjuntura mais ampla, de crescimento demográfico e econômico. Seus diversos produtos (couro em seus formatos diversos, carnes etc.) tinham uma enorme importância no mercado interno, além de se constituir em artigos significativos da pauta de exportação.

Em primeiro lugar, as carnes. Essas destinavam-se principalmente ao mercado interno, mas não podemos esquecer o seu papel no abastecimento das naus. As carnes salgadas eram capazes de resistir por um bom tempo ao apodrecimento, o que as tornava adequadas às longas viagens, fossem por terra ou mar. Nas cidades, eram principalmente as “carnes verdes” (ou seja, frescas) as consumidas.<sup>49</sup> Quanto a essas, havia uma considerável legislação, que visava ao mesmo tempo garantir preços adequados a produtores e consumidores e, de sobra, evitar que o produto faltasse. Por isso mesmo, as câmaras dedicaram-se com atenção ao seu abastecimento, garantido quase sempre por contrato. Tal contrato concedia ao arrematante o monopólio do fornecimento de carne verde, geralmente pelo período de um ano. A grande dedicação das câmaras a esse tema demonstra o quanto o abastecimento de carne afetava a população colonial.<sup>50</sup>

Outro produto importante era o couro, exportado em grande quantidade. Esse, se em parte pode ser considerado um subproduto da produção de carne, possuía, no entanto, uma demanda própria, e esta era garantida sobretudo por circuitos mercantis específicos. Ressalte-se aqui principalmente a Colônia do Sacramento, importante fornecedora. É sobretudo através do Rio de Janeiro que seus couros eram exportados, mas esse comércio interessava também aos comerciantes pernambucanos.<sup>51</sup>

O crescimento da população colonial e o incremento das ligações comerciais entre a América portuguesa, a África e Portugal levaram à

criação de áreas de produção de gado, fosse para utilização na tração, transporte de mercadorias ou produção de carne e couro. No nordeste da América portuguesa há a continuidade da expansão na região do sertão e a conquista de novas terras, da qual a chamada "guerra dos bárbaros" é um dos capítulos. No sul, há o estabelecimento de uma importante produção pecuária no Continente de São Pedro, tanto de muares quanto de bovinos.<sup>52</sup>

### A segunda metade do Setecentos: diversificação produtiva e o fim da "idade do ouro"

A segunda metade do século inicia-se sob o signo do pombalismo. Claro está que Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, não assume enormes poderes de imediato, e sua ascensão deriva em grande parte de sua atuação após o terremoto de Lisboa, em 1755.<sup>53</sup> No entanto, é inegável que desde o início da década de 1750 a Coroa portuguesa busca aumentar a pauta de exportação de sua maior colônia. Somente em parte essa atuação pode ser creditada à diminuição dos embarques de ouro para o Reino. Os dados de Morineau demonstram que a diminuição da exportação aurífera ocorre paulatinamente, e, embora seja evidente que o melhor momento (que podemos situar entre meados da década de 1720 e meados da seguinte) já havia passado, não é possível falar em uma crise, e sim em uma lenta decadência. A principal razão para essa alteração da atuação da Coroa portuguesa é seu crescente ativismo, que vinha se manifestando desde a década de 1730, mas que sem dúvida chega a novo patamar em meados do século.

Assim, vemos que já em 1752 o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, escreve ao governador do Rio de Janeiro sublinhando a importância de se incentivar o cultivo do pinhão e da linhaça. Quatro anos depois, o mesmo Diogo Corte Real agradece a remessa de amostras da baunilha encontrada no caminho entre o Rio

Grande do Sul e a Ilha de Santa Catarina e recomenda todo o cuidado na preservação desse gênero, estimulando o seu cultivo, pelo seu alto valor econômico.<sup>54</sup> Outros cultivos serão igualmente estimulados, como o do arroz e do anil, visando a sua exportação.

Foi o algodão, no entanto, o produto cuja participação se mostrou mais significativa e duradoura na pauta de exportações coloniais. No Maranhão e em Pernambuco, sua produção expande-se rapidamente, ocupando a Bahia um honroso terceiro lugar. Além do consumo externo, entretanto, o algodão foi largamente consumido internamente na produção de roupas e sacos. Já em 1775 o governador de Minas alertava a Coroa de que o crescimento da produção local de tecidos poderia tornar a capitania independente da importação de artigos europeus.<sup>55</sup> É o sucesso de tal produção que leva à promulgação do famoso alvará de 1785, em que a Coroa busca proibir tal produção (entre outras) em terras coloniais.

A criação das companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759) teve, sem dúvida, importante papel nesse quadro. Ambas tiveram um importante papel tanto no estímulo à diversificação produtiva em suas respectivas regiões quanto no apoio ao que poderíamos chamar de produtos tradicionais, notadamente o açúcar.<sup>56</sup>

Aliás, cabe ressaltar que o estímulo à diversificação dos produtos exportados não representou um abandono da pauta tradicional. Artigos como açúcar e tabaco foram fortemente estimulados, sobretudo em regiões como o nordeste oriental, onde a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba apoiou intensamente (ou seja, com crédito) o aumento de ambas as produções.<sup>57</sup> Na Bahia, onde elite agrária e elite mercantil historicamente se confundiam, essa ligação garantiu a rápida expansão da produção a partir da década de 1760. No centro-sul, o restabelecimento da Capitania de São Paulo foi marcado pelo crescimento da produção açucareira. No norte da capitania fluminense, a pecuária também cedeu gradativamente espaço à cana. Tais processos não derivaram de um estímulo por parte da Coroa, mas de um processo de

expansão agrícola fortemente apoiado pelo capital mercantil colonial, sobretudo da praça carioca.<sup>58</sup>

A expansão agrícola da segunda metade do século reflete-se claramente nas frotas do Brasil.

**Tabela 5**  
Valor médio das frotas brasileiras entre 1773 e 1778

Artigo	Valor em cruzados	%
Ouro	8.000.000	46,2
Açúcar	3.240.000	18,7
Couros e diversos	1.800.000	10,4
Tabaco	1.000.000	5,8
Algodão	1.000.000	5,8
Diamantes	860.000	5
Café	600.000	3,4
Cacau	360.000	2,1
Madeira tintória	360.000	2,1
Óleo de baleia	100.000	0,5

Fonte: Mourineau, Michel, op. cit., p. 160.

**Tabela 6**  
Valor comparado das frotas do Brasil em diferentes datas  
(em milhões de cruzados)

Data	Valor total	Valor do ouro	% do ouro
Aprox. 1690	4-5	?	—
1703	10,8	3,2	29,6
1730-1734	22	17,8	80,9
1778	17,8	12,4	69,7
1796	17,3	8	46,2
1806	28,6	4,6	16,1
	35,5	2,3	6,48

Fonte: Mourineau, Michel, op. cit., p. 163.

A análise dos valores totais das frotas do Brasil no século XVIII e da participação do ouro nelas é extremamente reveladora. Por um lado, mostra-nos um movimento ascendente na primeira metade do Setecentos baseado quase inteiramente na exportação aurífera. Em 1730-1734, a dependência em relação ao ouro chega ao máximo: mais de 80% do valor das frotas era devido ao metal amarelo. Se fizermos uma simples subtração, excluindo o ouro do resultado total, veremos que o valor das frotas nesse período (4,2 milhões de cruzados) era idêntico ao de fins do século XVII. Por outro lado, os dados referentes à segunda metade da centúria mostram-nos exportações cada vez menos vinculadas ao ouro. Se nos anos de 1755 e 1778 há ainda uma redução no valor total em comparação com o período anterior, essa se deve exclusivamente à menor participação do ouro. É em 1778 que essa evolução se mostra mais claramente: embora a exportação aurífera tenha diminuído para menos da metade dos anos 1730, o valor total caiu 21,36%. Já os dados de 1806, que servem como um ponto de chegada do que foi essa transformação, são acachapantes: se o ouro exportado valia agora menos do que em 1703, as exportações totais eram, no entanto, 228% mais valiosas. {

Em outras palavras, os dados demonstram que a importância do ouro é, ao mesmo tempo, esmagadora e relativa. Esmagadora porque o ouro é, sem sombra de dúvida, o produto mais importante da pauta brasileira no século XVIII, sobretudo em sua primeira metade. É o ouro que abre caminhos, expande o comércio com a África e a Europa, atrai a prata etc. Movimenta, ainda que não sozinho, as engrenagens da economia colonial. Por outro lado, sua importância é relativa, pois a diminuição de sua produção não significou uma crise da economia colonial. Pelo contrário, essa se mostrou dinâmica não somente para superar a falta dele como para expandir-se a níveis até então desconhecidos.

Tal dinamismo levou à ultrapassagem do Reino de Portugal por sua colônia americana em fins do Setecentos. Nesse período, estimativas de Lisboa diziam que os habitantes das três principais praças mercantis brasileiras (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro) possuíam em torno de 320 embarcações, enquanto a frota portuguesa era de trezentos navios,

apesar de todas as tentativas régias de retomar o controle do comércio para Lisboa, sobretudo daquele realizado com o Oriente.<sup>59</sup> Tal situação fez com que a Coroa tivesse de reconhecer que “se tinha estabelecido um comércio entre domínios portugueses da Ásia, África e América com total exclusão de Portugal”.<sup>60</sup> Por outro lado, entre 1796 e 1807 64% das exportações lusas eram de produtos brasileiros.<sup>61</sup>

### Novos perfis sociais

Tamanhas transformações econômicas refletiram-se, como não podia deixar de ser, na estrutura da sociedade colonial. Se os séculos XVI e XVII foram marcados pela gestação e consolidação de uma elite senhorial baseada na ocupação dos cargos da república e na participação nas principais atividades econômicas, o século XVIII verá o surgimento de uma nova elite colonial: a mercantil.

Ao falarmos em surgimento de uma elite mercantil, é preciso deixar bem claro que não estamos afirmando que o comércio tivesse uma importância secundária antes do Setecentos. Na verdade, a sociedade colonial nasce fortemente vinculada à atividade mercantil. Não só por conta da produção de artigos para exportação, como o açúcar, como também pelo seu próprio caráter escravista, a exigir constantes remessas de novos cativos da África para as plagas americanas. Além disso, a existência de um significativo mercado interno gerava igualmente importantes eixos mercantis, com agentes dedicados a eles de forma integral ou parcial. A importância da mercancia tornava praticamente inevitável a participação nela da própria elite senhorial.<sup>62</sup>

Dentro desse contexto, a especificidade setecentista não é, portanto, o surgimento de uma elite vinculada ao comércio, mas sim de uma elite que faz desse vínculo sua identidade principal.

Tal identidade não se estabeleceu de imediato. Foi ao longo da primeira metade dos Setecentos que os indivíduos que ocupavam o topo da hierarquia mercantil constituíram uma autêntica comunidade que,

embora marcada por divisões, possuía uma clara percepção de seus interesses comuns, assim como compreendia seu papel central no contexto do Império lusitano.<sup>63</sup>

Sua força baseava-se no controle sobre os principais elementos da economia colonial: o crédito e a mão de obra. Situado no topo da hierarquia, esse grupo controlava redes de endividamento que cobriam a América portuguesa e estendiam-se à África. O principal mecanismo de produção dessa rede era o adiantamento. Esse podia ser tanto de mercadorias para um senhor de engenho que precisava garantir o bom funcionamento de sua propriedade quanto para um pequeno comerciante que revendia nos confins da colônia os produtos que adquiria nos grandes centros, por exemplo. Tanto em um como no outro caso criava-se uma clara dependência entre devedor e credor, baseada na confiança e renovada constantemente. Tal dependência garantia aos homens de negócio acesso aos valiosos produtos coloniais, fosse o açúcar utilizado pelo senhor de engenho para pagar suas dívidas (e fazer novas), fosse o ouro trazido das Minas para pagar as importações de produtos diversos e de cativos.<sup>64</sup>

Aqui, o controle sobre o crédito e o existente sobre a mão de obra se encontram. Embora jamais tenham monopolizado o comércio de almas, os homens de negócio coloniais, ao controlar o crédito necessário a tão arriscado empreendimento, acabavam por enfeixar em suas mãos a própria reprodução desses cativos via tráfico. Em uma sociedade escravista, isso representava o controle sobre a reiteração da estrutura social. Se associarmos tais mecanismos de endividamento com o desenvolvimento que a atividade mercantil experimenta na América portuguesa no Setecentos, veremos quanto poder esses homens reuniam em suas mãos.

As relações entre essa nova elite e a antiga elite senhorial não foram simples, estando marcadas por tensões, mas também por aproximações entre ambos os grupos. Concretamente, caso olhemos de forma mais pormenorizada as diversas regiões da América portuguesa, encontraremos respostas diversas ao desafio que representou para a estrutura social essa reviravolta em sua cúpula. É significativo analisar como o processo



se deu em três das principais praças mercantis da América: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

O caso pernambucano é, sem dúvida, o mais claramente marcado por um confronto direto entre a nobreza da terra e a elite mercantil. Esse confronto expressou-se na oposição da nobreza local à elevação de Recife à condição de vila, da qual resultou a chamada "guerra dos mascates". Em grande parte essa tensão derivou de uma forte tendência endogâmica do grupo senhorial, reforçada após a guerra contra os holandeses. Em outras palavras, não houve absorção, mesmo parcial, da elite mercantil setecentista pela antiga elite local. A Coroa, por sua vez, longe de aliar-se aos negociantes,<sup>65</sup> reconheceu a existência de um novo equilíbrio de forças que exigia uma nova repartição do poder. É nesse sentido que deve ser entendida sua decisão de criar a vila de Recife, reconhecendo as transformações sociais e, ao mesmo tempo, reafirmando seu monopólio sobre as classificações sociais.

Se em Pernambuco a separação entre nobreza e elite mercantil levou ao confronto armado, na Bahia surpreendemos o caso oposto. Longe de disputar poder, os dois grupos uniram-se desde o século XVII, como se comprova pela conversão de grandes comerciantes em proprietários de terras e homens, seja via investimentos diretos seja pelo casamento com filhas da tradicional elite terra-tenente. Na poderosa irmandade da Santa Casa da Misericórdia dividiam espaço e poderes, assim como na ocupação dos cargos públicos. Para essa harmonia contribuiu a constituição de vilas no Recôncavo Baiano no fim do século XVII, colaborando para a maior ruralização da elite senhorial e deixando a Câmara de Salvador com um perfil mais urbano.<sup>66</sup>

O Rio de Janeiro é, de certa forma, um meio-termo entre os dois polos. Se nesse não houve disputas sangrentas e nem mesmo um fechamento do grupo senhorial tão claro como em Pernambuco, a tensão entre os dois grupos foi clara e marcou, sobretudo, a primeira metade do século XVIII. No centro de tal disputa estava a Câmara da cidade ou, num sentido mais profundo, duas concepções muito distintas de direitos políticos. Por um lado, uma elite senhorial forjada nas lutas contra franceses e

tamoios e que, por isso mesmo, se julgava detentora do monopólio do poder político. Do outro, grandes negociantes, responsáveis pelo giro do comércio na principal encruzilhada do Império português, ciosos de seu poder econômico e lutando pela expressão política desse mesmo poder.

A contrapor-se a esses três exemplos, temos o caso mineiro. A ocupação tardia da "Morada do Ouro" e sua precoce centralidade nos quadros do Império deram à sua elite uma particular feição, sem que se tenha assistido aí ao estabelecimento da distinção entre grupos mercantis e outros de feições mais senhoriais. De fato, a elite local amalgamava em si ambas as características e as disputas em seu interior tinham, por isso mesmo, propriedades muito distintas.<sup>67</sup>

Em que pesem as diferenças, no entanto, em todos os casos o desfecho teve grandes semelhanças: a elite mercantil tornou-se de forma irreversível a elite de fato da sociedade da América portuguesa. Responsável pelos fios que definiam a tessitura social, fato esse reconhecido pela monarquia, viu ao longo do Setecentos seu poder consolidar-se paulatinamente. Do outro lado, somente sobreviveram entre as famílias mais tradicionais aquelas que souberam conjugar a manutenção de seu prestígio a alianças proveitosas com grandes comerciantes, sobretudo via matrimônio. Nesse sentido, o chamado período colonial tardio (*grosso modo*, o último quartel do século XVIII e a primeira década do seguinte) deve ser entendido não como um período de recuperação econômica, mas sim de consolidação das formas de acumulação que se desenvolveram ao longo do Setecentos, formas essas vinculadas à hegemonia do capital mercantil.<sup>68</sup>

enraizamento  
agência de  
consolidação  
das formas de  
acumulação  
?

### Conclusão

O quadro que emerge quando nos debruçamos sobre o século XVIII é o de uma profunda transformação nas estruturas econômicas e sociais da América portuguesa. Sua nova inserção no Império produziu importantes alterações nos equilíbrios de poder. Nas relações entre o

reino de Portugal e sua principal colônia não seria exagero falar em uma visceral dependência. Não, no entanto, da colônia em relação a Portugal, como muitos imaginariam, mas exatamente o contrário. A riqueza, a importância, o peso do Brasil impunham-se sobre o modesto e pobre reino europeu. Se já no século XVII o rei dom João IV intitulara o Brasil de “vaca de leite de Portugal”,<sup>69</sup> por sua importância para a sobrevivência não somente do reino, mas de sua própria monarquia, na centúria seguinte esse quadro exacerbou-se. Nesse sentido, a vinda da corte para a América em 1808 foi o coroamento de um longo processo, a confirmação de uma inversão de papéis que de fato ocorrera.

Socialmente, o Setecentos também é época de novos equilíbrios. A tessitura social constituída ao longo dos séculos anteriores via-se desafiada a incorporar novos atores. Tal incorporação, mesmo marcada por resistências e tensões, demonstra a plasticidade da sociedade colonial. Tal plasticidade deve, no entanto, ser compreendida em seu sentido exato: a capacidade que tal sociedade possuía de incorporar alterações em seus equilíbrios sem que, para isso, precisasse transformar radicalmente suas estruturas. Ou, na fórmula consagrada de Tomaso di Lampedusa, “algo deve mudar para que tudo continue como está”.<sup>70</sup>

### Notas

1. Charles R. Boxer, 1973, p. 309-311.
2. Ibidem, p. 306.
3. John Monteiro, 1994, p. 57-61.
4. Charles Boxer, 1973, p. 308.
5. Carl Hanson, 1986, p. 244-246. A citação é da p. 246.
6. Maria Verônica Campos, 2002.
7. Não há uma “data de fundação” para a exploração aurífera em Minas Gerais. O que há de concreto é que na década de 1690 o ouro começa a fluir em quantidades crescentes dessa região para outras áreas coloniais. Quando se instala a primeira Casa da Moeda do Rio de Janeiro, ainda provisória, o ouro já é o metal mais cunhado aí, ao contrário da Bahia, onde predomina a prata. Rita da Conceição Cardoso Martins de Sousa, 1999.

8. André João Antonil, 1976, p. 171.
9. Nos dados coletados por Dauril Alden, relativos ao período 1682-1769, a carne bovina atinge seu preço máximo (690 réis/arroba) em 1731, declinando a partir daí, mas jamais retornando aos padrões do Seiscentos. Dauril Alden, 1992, p. 378.
10. Idem, p. 381.
11. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, p. 122-123.
12. Para a análise das mudanças econômicas ocorridas na capitania fluminense na passagem do século XVII para o XVIII, ver Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2003, p. 83-85.
13. Dauril Alden, 1992, p. 394.
14. Ângelo Carrara, 2007, p. 98-107.
15. Para a estimativa do tráfico atlântico, ver:  
<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.
16. ANRJ, PH, v. 7, p. 122.
17. Ibidem.
18. Apud Pierre Verger, 1987, p. 39-40.
19. AHU-CA, doc. 2.815. Representação da Câmara do Rio de Janeiro contra abusos praticados pelo governador (1704).
20. AHU-CA, doc. 8.564. Consulta do Conselho Ultramarino sobre informações do governador do Rio de Janeiro sobre uma sociedade montada para descaminho do ouro e tráfico de escravos na Costa da Mina (4/5/1735).
21. Para uma descrição da importância do ouro e do tabaco no comércio com a Costa da Mina no Setecentos, ver Verger, 1987, p. 28-46.
22. Os negociantes reinóis dependiam de boas alianças na América para participar de tal atividade. Exemplo disso é a atuação de Francisco Pinheiro, um dos mais importantes comerciantes portugueses da primeira metade do século XVIII. Ver William M. Donovan, 1990.
23. Roquinaldo Ferreira, 2003, p. 88.
24. Ibidem, p. 88, p. 71-79.
25. Apud Ernst Pijning, 1997, p. 14-15.
26. BN, Ms. 3, 4, 1-7, v. 2, doc. 92 (28/5/1744).
27. "Moeda provincial" era uma expressão que designava um tipo de moeda cuja circulação era fortemente restringida. No caso, deveriam circular somente no interior da capitania fluminense. Repare-se que se trata de medida excepcional no século XVIII. As moedas produzidas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro eram "do reino", ou seja, semelhantes às produzidas em Lisboa, e tinham circulação livre no Império e alhures.
28. Segundo o secretário, a corte de Madri queixava-se "em toda a parte altamente do mesmo contrabando, avultando-o a muitos milhões, sendo indubitável que

- ainda quando tudo o que se tira de Buenos Aires e trazem as frotas, que sempre é menos de metade do que se diz". BN, Ms. 3, 4, 1-7, v. 2, doc. 92 (28/5/1744).
29. Vitorino M. Godinho, 1990, p. 357-358.
  30. Jacques Marcadé, 1991, p. 63.
  31. Sanjay Subrahmanyam, 1995, p. 257-304.
  32. ANRJ, Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro — Códice 80, v. 1, p. 40 (março de 1718).
  33. A Dízima da Alfândega era o tributo de 10% cobrado sobre os produtos vindos de Portugal. Referia-se, portanto, ao comércio legal realizado com a Europa. Os valores aqui apresentados referem-se às quantias que os contratadores desse tributo pagavam à Coroa pelo direito de cobrá-lo, sendo assim uma referência indireta da magnitude desse comércio.
  34. Ver, nesta coleção, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, *Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional*.
  35. Carlos Magno Guimarães e Flávia Maria da Mata Reis, 2007, p. 327.
  36. Não há dados precisos sobre a população carioca no período, mas estimativas indicam um crescimento de algo em torno de 12 mil habitantes em 1710 para mais de 29 mil em 1749, um aumento de mais de 140%: Sampaio, 2003, p. 85.
  37. Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1990; B. J. Barickman, 2003.
  38. Guillermo Palacios, 1998, p. 52-62.
  39. Idem, p. 56.
  40. IBGE, 1990, p. 30.
  41. Os dados de Vitorino Godinho, embora antigos, não sofrem contestações e servem-nos como uma estimativa confiável. Vitorino M. Godinho, 1975, p. 57.
  42. Todos os dados aqui apresentados sobre exportação de açúcar foram retirados de Michel Morineau, 1985, p. 149-155.
  43. Idem, p. 151.
  44. Morineau, 1985, p. 152.
  45. Jean-Baptiste Nardi, 1996, p. 114.
  46. Jorge Miguel Viana Pedreira, 1995, p. 156-157.
  47. Isso não significa que a produção de alimentos tenha sido abandonada ou negligenciada, mas que era do tabaco que os pequenos agricultores retiravam seus maiores lucros. Guillermo Palacios, 1998, p. 34-36.
  48. Para uma análise mais detalhada das características da produção do tabaco no período colonial ver, nesta mesma coleção, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, *Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional*.
  49. Para uma análise da regulamentação da oferta de carne verde, ver Ilana Blaj, 1995.
  50. Geórgia Tavares, texto inédito.

51. Para o Rio de Janeiro, ver Vitorino M. Godinho, 1990, p. 477-496. Para Pernambuco, ver Clara Araújo, *O trato dos homens de negócio de Pernambuco: uma análise das conexões mercantis e de sua elite mercantil (1730-1808)*, cap. 1. texto inédito.
52. Pedro Puntoni, 2002; Martha D. Hameister, 2002.
53. Kenneth Maxwell, 1996.
54. AHU-Rio de Janeiro, cx. 52, doc. 44; AHU-Rio de Janeiro, cx. 60, doc. 22.
55. Douglas C. Libby, 1988, p. 188.
56. Kenneth Maxwell, 1996, p. 40-48.
57. Guillermo Palacios, 1998, cap. 2.
58. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, 2005, cap. 2; Sheila Faria, 1998. —
59. Roquinaldo Ferreira, 2001, p. 357-359.
60. AHU, Cód. 472. Apud Ferreira, 2001, p. 361.
61. Valentim Alexandre, 1993, p. 32-36.
62. João Fragoso, 2001, p. 29-71.
63. Antonio Carlos Jucá de Sampaio, 2007, p. 225-264. —
64. Idem, 2002, p. 29-49.
65. Como pretende Evaldo Cabral, 1995.
66. Rae Flory David Grant Smith, 1978, p. 571-594.
67. Para uma análise da elite mineira, ver Carla Almeida, 2010. — → ? s/ referência
68. João Fragoso, 2001, p. 319-338.
69. Charles R. Boxer, 1973, p. 190.
70. G. Tomaso di Lampedusa, 2000.

## Bibliografia

### Abreviaturas:

- AHU-CA — Arquivo Histórico Ultramarino, Catálogo Castro e Almeida  
ANRJ — Arquivo Nacional, Rio de Janeiro  
PH — Publicações Históricas do Arquivo Nacional  
BN — Biblioteca Nacional  
Ms — Manuscrito

ALDEN, Dauril. "Los movimientos de precios en Brasil antes, durante y después del auge del oro, com referencia especial al mercado de Salvador, 1670-1769". In: JOHNSON, Lyman e TANDETER, Enrique (orgs.). *Economías coloniales*.